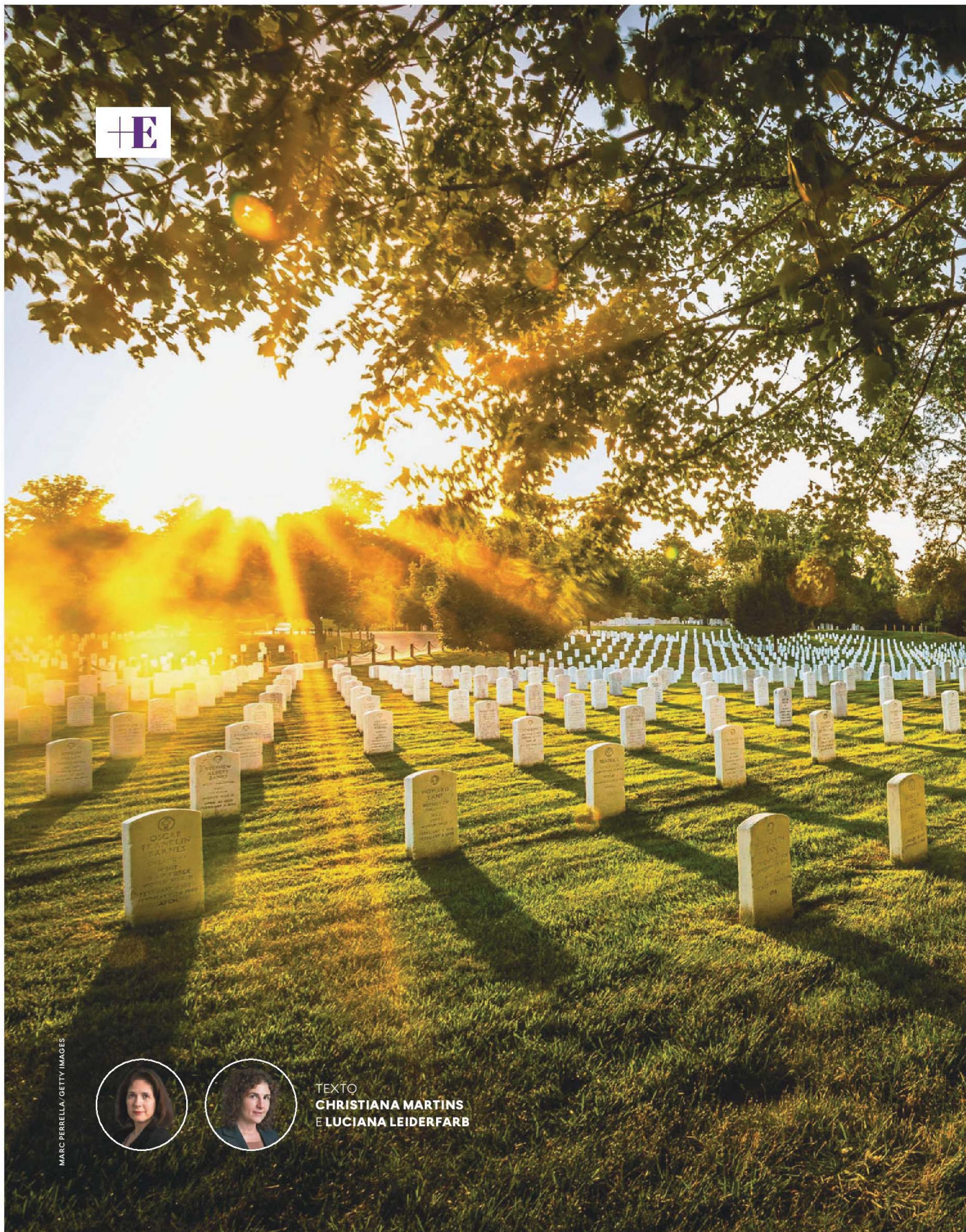




ID: 122590959

17-04-2026 | REVISTA E



MARC PERRELLA/GETTY IMAGES



TEXTO  
**CHRISTIANA MARTINS**  
E **LUCIANA LEIDERFARB**

# Dar a vida pela morte

O mundo vive em sobressalto com a violência de dois grandes conflitos armados. As bombas que caem no Irão e os quatro anos ininterruptos de guerra na Ucrânia trazem para o discurso político a possibilidade de um rearmamento e de intervenções militares da Europa. Após 80 anos de paz, em nome de que ideal daríamos a vida?

**HOMENAGEM** Cemitério de Arlington, a menos de 5 km da Casa Branca, em Washington D.C., onde estão sepultados mais de 400 mil militares norte-americanos



**T**udo começa com a célula. Flutua num meio nutritivo isolado, alheia ao que se aproxima. Um invasor é colocado à superfície da lâmina de vidro, aproximando-se como se de um íman se tratasse. Basta uma fenda invisível para a membrana começar a ceder. O organismo canibaliza as suas reservas para reagir ao inimigo. Sob a lente do microscópio, o que parecia estar em equilíbrio transforma-se num teatro de sobrevivência. Tudo muda de figura nas sociedades mais complexas, como a humana: a luta excede o âmbito dos corpos e do instinto. Mata-se e morre-se por motivações que vão muito além da autopreservação, e até se tem a escolha de não o fazer.

A discussão sobre a entrega da vida por uma causa, seja ela qual for, é das mais antigas que existem. E é certamente o refrão do Ocidente, aquilo que o construiu para várias vezes o destruir e reconstruir. Cemitérios como o de Arlington, nas imediações de Washington, onde 400 mil pessoas, sobretudo militares, nos recordam que demasiadas vezes o indivíduo foi chamado a sacrificar-se por um coletivo que engoliu a sua identidade, apenas recuperada nesse espaço em que o nome volta a surgir na lápide, ou nas listas de desaparecidos e mortos sem campa nem nome próprio, civis e militares, que as guerras deixam para trás. Nestes dias, cercado por essa memória, o mundo ocidental

volta a debater-se com aquilo que conseguiu afastar durante boa parte dos últimos 80 anos. Como um acrobata no arame, debate-se entre o imobilismo e o risco, assustado pela velocidade com que se vê empurrado numa direção bélica, a estourar às suas portas. Assustadas, as populações observam, sem saber onde o ar do tempo vai desembarcar.

“Se queres paz, prepara-te para a guerra” é um antigo lema romano que começou a reentrar no discurso europeu não muito tempo depois do início da invasão russa da Ucrânia, em 2022. A tendência acentuou-se no ano passado e tem vindo a ser retomada. Boris Pistorius, ministro da Defesa alemão, afirmou num documento de mais de mil páginas da Bundeswehr, conhecido em novembro — e no qual se traça um plano de defesa contra a Rússia envolvendo a passagem de 800 mil soldados na NATO pelo seu território — que o verão passado “pode ter sido o último em paz”. Dias depois, a 18 desse mês, o general Fabien Mandion, chefe do Estado-Maior francês, declarou na abertura do 107º Congresso dos autarcas das 35 mil comunas francesas: “Aquilo que nos falta é a força de espírito para aceitar sofrer para defender a Nação. (...) Temos de aceitar perder os nossos filhos e sofrer economicamente.”

Já em dezembro ouviu-se o almirante Cavo Gragone, chefe do Comité Militar da NATO, dizer ao “Financial Times” que a organização pondera uma ação “preventiva” contra a Rússia, enquanto Mark Rutte, o secretário-geral, numa conferência em Berlim, corroborava que a Europa é o próximo alvo russo, e que urgia uma corrida às armas para

evitar uma guerra “da magnitude que os nossos avós e bisavós tiveram de suportar”. Escassos dias separam estas declarações da intervenção do chefe das Forças Armadas do Reino Unido, Sir Rich Knighton, que afirmou que os “filhos e filhas” da Grã-Bretanha devem estar preparados para combater, instando-os ao alistamento, e as do presidente russo, Vladimir Putin: “Se a Europa iniciar subitamente uma guerra contra nós, esta terminará muito rapidamente.” Porque se a Europa agredir a Rússia, em breve Moscovo não terá “ninguém com quem negociar”.

A questão que se coloca, do lado dos filhos e filhas tão profusamente citados em nome dos avós e bisavós que noutra tempo e noutros contextos morreram, é qual a voz que prevalece. O que têm a dizer os cidadãos deste ocidente sobre a sombra com que de novo somos confrontados? “Estamos no momento mais perigoso das nossas vidas. É como aquelas doenças que estão dentro de nós, latentes, e de repente há fatores que as desencadeiam”, diz Viriato Soromenho Marques. Para o filósofo político, esse gatilho foi a invasão da Ucrânia, à qual a Europa respondeu apoiando, não a negociação de uma paz, mas a mobilização para a guerra. Cita a frase lapidar de Josep Borrell, ex-alto-representante da UE para os Negócios Estrangeiros e Política de Segurança, quando disse que “a Europa perdeu a sua alma” ao calar-se face ao genocídio em Gaza. Agora, constata, “temos um rastilho que arde em lume aparentemente brando, que é a Ucrânia, e outro que está a arder, que é o do Irão”.



CONTRIBUTOR/GETTY IMAGES



PHOTOGRAPH BY JONATHAN WILSON/GETTY IMAGES



ALEX WINGO/GETTY IMAGES



**BELICISMO** À esquerda, a condecoração Coração Púrpura, outorgada a todos os militares feridos ou mortos durante a conscrição, nos EUA. Nesta página, Vladimir Putin, Pete Hegseth, Donald Trump e Mark Rutte, arautos do discurso de guerra na atualidade

ID: 122590959

17-04-2026 | REVISTA E

“A destruição da civilização começa em casa. No triste espetáculo da implosão do Ocidente como potência capaz de agregar em si uma ideia de universalidade. Não deixa de ser semanticamente explosivo que a coligação dos EUA e de Israel, o mais novo e o mais antigo dos faróis do Ocidente, apareçam sem disfarce no esplendor niilista de ódio à vida e à possibilidade de futuro de uma Humanidade plural”, reflete Soromenho Marques. E o continente parece ter desistido de ser o local “da mediação, da paz e das alternativas de cooperação”.

Em algumas zonas, prepara-se mesmo para a guerra. Nos países que rodeiam o conflito russo-ucraniano, nórdicos e bálticos, tem havido um reavivar da conscrição e do serviço militar obrigatório, em muitos deles já existente de forma ‘mitigada’ — que na prática não obrigava ninguém que se lhe opusesse —, mas que tem adquirido um impacto cada vez mais significativo. Isto enquanto resposta da sociedade a uma ameaça percebida como próxima. “Há uma mobilização coletiva em torno de um risco existencial. E quanto mais esse risco é percebido como existencial, mais vontade coletiva existirá para o envolvimento em formas de proteção, de defesa, que podem incluir o risco da própria vida”, esclarece Helena Carreiras, que recebe o Expresso no novo gabinete que ocupa enquanto recém-empossada reitora do ISCTE.

A também ex-ministra da Defesa sublinha como a decisão individual dos jovens que aceitam ingressar nas Forças Armadas é motivada pela atitude da sociedade a que pertencem. “O contexto é tudo”, garante. “De acordo com pesquisas como American Soldier, realizada no pós-II Guerra Mundial — transformada num arquivo acessível online —, a principal razão pela qual os soldados lutavam era a defesa dos seus camaradas, uma consequência do processo de fusão e de identificação do indivíduo com o grupo”, desenvolve Carreiras, explicando ainda que “a vontade de lutar e de morrer, ou de aceitar a morte, não dependia só de motivos ideológicos ou crenças”, prendendo-se “com uma dinâmica muito intensa de coesão com o grupo”. Uma força coletiva que se manifesta como elemento de pertença: o sentimento de se fazer parte de algo que ultrapassa a importância do indivíduo.

Esta interpretação lança uma ponte para aquilo que surge como resposta imediata das populações quando interrogadas sobre por quem dariam a vida. E, de facto, a defesa da família é apontada em primeiro lugar. Estudos evolutivos sugerem que estamos programados para proteger o nosso código genético. Porém, no caso dos militares, a unidade na qual se encontram inseridos é vista como família. “Não tenho dúvidas de que um contexto de conflito

ativo, em que certos valores de defesa comum se sobrepõem a valores mais individuais, motivará as pessoas muito mais fortemente para poder dar a vida, sacrificar-se de qualquer forma, tal como se sacrificariam pela família”, observa Helena Carreiras. De tal forma, que, acrescenta a socióloga, “muitas vezes o excesso de fusão e de identificação com o grupo provoca uma forma de coesão que não é benéfica à organização, fazendo com que os membros se tornem tão fechados sobre si próprios que se afastam dos objetivos gerais” da mesma.

Em 2011, um inquérito à população sobre Defesa e Forças Armadas, promovido pela própria Helena Carreiras, no âmbito de um projeto de investigação do Centro de Investigação e Estudos de Sociologia (CIES/ISCTE), perguntava-se se, excluída a família, existia algo que os inquiridos considerassem merecedor do sacrifício da vida, e os resultados mostraram que para 44,7% não haveria nada digno desta entrega máxima. Dos 39,3% que aceitavam essa hipótese, a grande maioria (70%) morreria “para salvar a vida de outra pessoa”. Só 39,8% consideravam a possibilidade de morrer “pela sua pátria, nação ou país”.

Numa sondagem bem mais recente, realizada em setembro e outubro de 2025 pela Universidade Stradins de Riga, em cooperação com o Centro de Estudos Geopolíticos de Riga, mais de 31 mil cidadãos de todos os Estados-membros da NATO responderam à pergunta sobre se estariam dispostos a lutar pelo seu país em caso de guerra. A maioria dos portugueses disse que não, e mais ainda os espanhóis e os próprios norte-americanos. Entre aqueles em que ganhou o ‘sim’ destacam-se, por ordem, a Turquia, Albânia, a Suécia, a Finlândia, o Montenegro, a Grécia, e a Noruega.

Face à mesma pergunta feita pelo Instituto Internacional Gallup no final de 2023, a maior taxa de recusa verificou-se em países europeus como Itália (78%), Áustria (62%), Alemanha (57%) e Espanha (53%). Portugal mostra-se dividido, com 39% a revelando-se dispostos a lutar e 37% a não verem motivos para participar de um conflito armado.

#### O TEMPO E OS MODOS

A ideia de ‘dar a vida’ é uma categoria que ganha sentido cerca de oito séculos antes de Cristo. E aprofundou-se com o surgimento das grandes religiões universais. O filósofo alemão Karl Jaspers notou como, tendo aparecido em regiões diversas do mundo — a China, a Índia e o Ocidente — num tempo de escassa comunicação, acabaram por estruturar-se segundo uma linha semelhante de pensamento. A essa linha Jaspers deu o nome de “era axial”, mostrando como confucionismo, taoísmo,

budismo, hinduísmo, zoroastrismo, judaísmo, e culminando depois no cristianismo e islamismo, apresentam elementos comuns. Nomeadamente, o facto de se organizarem em torno da noção de que o valor da vida humana é medido em função de uma ideia unificadora do universo, como o divino.

Se as cruzadas serão disso exemplo, outro será o da controvérsia de Valladolid, entre 1550 e 1551. Promovida por Carlos I de Espanha e juntando os homens mais sábios do reino, ocupou-se de discutir, com vozes em contra e a favor, até que ponto os colonizadores tinham o direito de exercer o poder de vida ou morte sobre os povos indígenas das Américas. “O que resulta de Valladolid é uma limitação dos abusos dos colonos. Mas isso foi feito pela simples razão de que Carlos I de Espanha era cristão. E temia o fogo do inferno”, sublinha Viriato Soromenho Marques. Motivo idêntico levou o frade espanhol Bartolomeu de Las Casas a bater-se pelos direitos daqueles povos originários e a atravessar 28 vezes o Atlântico: o perigo da condenação eterna.

Avançar no tempo significa observar as fissuras que rasgaram tais certezas. Como a demonstração de Kant, em pleno século XVIII, na sua “Crítica da Razão Pura”, de que o ser humano só chega a Deus pela fé, e que a fé não se equivale ao conhecimento. No campo de batalha, ainda existia uma afinidade mais classista do que nacional, com as camadas nobres de um exército a sentirem-se mais próximas dos seus pares no exército inimigo do que dos soldados rasos com que lutavam lado a lado. Após a batalha de Rossbach, em que a Prússia derrotou o exército francês, Voltaire escreveu a Frederico II que, apesar de lamentar o acontecido aos franceses, reconhecia nele a fibra de um grande general.

O século XIX modifica esta atitude. “É o século da alfabetização, das escolas públicas, da mobilização da sociedade, da industrialização. É quando se forma o espírito nacional, em que a aristocracia está mais perto dos soldados da sua companhia ou do seu batalhão do que dos do inimigo”, nota Soromenho Marques. Mas é também o século da morte de Deus, do niilismo, a época em que já não se acredita em nada além de ‘ídolos’ que brotam com a mesma potência com que desaparecem, como o nacionalismo. “Os povos tornaram-se muito mais agressivos, ao ponto de, na I Guerra Mundial, a guerra mais violenta até hoje, os níveis de deserção serem mínimos.” Desta forma, deita-se por terra, reduzida a um “mito completamente falso”, a ideia benigna de que os povos esclarecidos serão mais pacíficos.

#### A AMEAÇA QUE MOVE

Depois de uma célula ser atacada e de desencadear uma resposta desesperada, a fronteira que a separa

**“A destruição da civilização começa em casa. No triste espetáculo da implosão do Ocidente como potência capaz de agregar em si uma ideia de universalidade”, afirma Viriato Soromenho Marques**



CHRISTOPHER FURLONG/GETTY IMAGES



MARTIN AVDEMB/ANSA/OLIVIERO TOSCANI/GETTY IMAGES



MARTIN AVDEMB/ANSA/OLIVIERO TOSCANI/GETTY IMAGES

do exterior perde seletividade, e o que devia ficar fora começa a entrar. Nenhum grito. Nenhum sangue. Apenas uma mancha difusa começa a surgir no lugar onde antes havia uma célula inteira.

Na realidade dos exércitos, o que permite a possibilidade de reação é o treino. “Quanto mais realista é o treino, mais capacidade se dá ao combatente e maior é a sua percepção de segurança. Ele não tem dúvidas de que, se for atingido, pode morrer, mas tem a percepção de que o treino lhe deu capacidades para sobreviver”, reflete o antigo chefe de Estado-Maior do Exército, José Luís Pinto Ramalho. Em conversa perto do local de onde, há 500 anos, partiram portugueses sem saber se voltariam, o comando, que fez duas missões em África durante a guerra colonial, fala do ponto de vista privilegiado de quem já entrou em combate direto e pôs a vida à disposição de um objetivo militar. Mas mesmo ele reconhece que, na guerra, há muito que escapa. “Aos 17 anos, quando se vai para a Academia Militar, as motivações são muito dirigidas, e muitas vezes não totalmente racionais”, assegura.

Para o general, o que não pode ficar sujeito ao improvisado é a defesa dos Estados. Nesse sentido, “os europeus não podem adormecer como se nada se passasse, nem fazer aquilo que fizeram durante vários anos, que é delegar”, nomeadamente, “a energia barata na Rússia, a fábrica do mundo na China e a segurança nos Estados Unidos”. Sendo a defesa um dos aspetos mais sensíveis da soberania, “mandar tropas, correr o risco de os cidadãos morrerem, é algo que

não delegamos numa entidade supranacional”. Já Leibniz, no século XVII, alertava que a soberania “se mantém enquanto acreditamos que se mantém a nossa segurança”. O que se transformou no dilema existencial da UE no século XXI. Não só “a Europa tem de fazer mais pela segurança”, como tem de perceber que tal não passa apenas pelo financiamento. “Destruí-se um exército rapidamente, mas reconstruí-lo demora anos. E não bastam drones, nem a tecnologia, é preciso homens. Mais: se só nos basearmos na tecnologia, acontece o que aconteceu no Irão com a escola das raparigas, em que o algoritmo identifica uma coisa que afinal era outra”, concretiza. É nesta altura que se impõe o fator da dissuasão, capaz de nos demover do ataque, e que na percepção humana “tem um peso tremendo: o medo”. Sobre tudo o medo de morrer.

Decano dos transplantes de coração e pulmão em Portugal, José Fragata enfatiza esta realidade ao afirmar que “perante um agente agressor, o elemento biológico protege-se. É automático. Nós, seres vivos, temos dois desígnios: a proteção individual e a reprodução. Somos feitos para reproduzir e para perpetuar a espécie. E para isso precisamos de nos proteger. Mesmo a célula, o elemento mais básico, reage. Não depende da consciência”. O que depende dela é a decisão humana de fazer a guerra, que o médico considera “antinatural”. Para quem leva horas a reparar um corpo a fim de o conservar vivo numa sala de operações, a ideia de um disparo ou de uma bomba poderem matar centenas de pessoas de um momento para o outro é “de

**DEFESA** O Papa Leão XIV, Volodymyr Zelenskyy e Josep Borrell sinalizam diferentes perspetivas e formas de reagir à crescente agressividade das decisões políticas contemporâneas

uma violência impensável”. Contudo, o cirurgião assume o seu próprio quinhão de escolhas de vida ou de morte num país onde existem mais de dois mil doentes em lista de espera para transplante e em que os órgãos para poder salvá-los são um bem escasso. Por esta razão, e por mais critérios que a regulem, a opção por dá-los a um ou a outro paciente requer ferramentas como, por exemplo, a despersonalização. “Tive a maior parte das vezes a felicidade de não conhecer os olhos, o rosto dos doentes”, admite José Fragata.

Este é também o mecanismo que, muitas vezes, permite aos decisores avançar para conflitos armados de larga escala sem serem devorados pelo sentimento de culpa e sem perderem a sanidade mental. Como escreveu o filósofo Günther Anders — primeiro marido de Hannah Arendt — em 1964, num opúsculo intitulado “Nós, Filhos de Eichmann”, “a nossa faculdade de sentir diminui com o crescente nível de mediação das nossas atividades e com a crescente magnitude das nossas ações”, isto é, “o nosso mecanismo de inibição é completamente suspenso a partir de um determinado limiar”. Neste sentido, “6 milhões permanecem, para nós, um número, enquanto falarem-nos de dez pessoas assassinadas talvez possa ressoar em nós e o assassinio de um único ser humano nos enche de horror”.

## “Vivemos numa atmosfera impregnada pelo narcisismo patológico. Hoje é mais fácil matar do que morrer, do que dar a vida”, acredita o filósofo e médico oncologista Manuel Silvério Marques

Contradições da espécie humana que José Fragata estende ao próprio conceito de altruísmo. Porque se “as pessoas se submetem ao risco por uma causa, se há uma grande abnegação, há também sempre qualquer coisa em troca. Às vezes até o próprio heroísmo”. Como explicara o filósofo Soromenho Marques, mesmo alguns dos maiores feitos históricos aconteceram pelo medo da danação eterna, em nome da salvação. Já não se esperava no mundo ocidental ver líderes políticos invocarem os deuses para justificar batalhas, mas Pete Hegseth, secretário da Defesa dos Estados Unidos, rompeu com a tradição laica ao referir uma “guerra santa”, retrocedendo ao imaginário das Cruzadas para justificar as mais recentes operações militares norte-americanas. Em resposta, no último Domingo de Ramos, em Roma, o novo Papa Leão XIV, também ele nascido em solo americano, rejeitou que Deus possa ser usado para justificar guerras durante a missa na Praça de São Pedro. De forma surpreendentemente dura, avisou: “Deus não ouve as orações de quem faz a guerra.”

Outro filósofo, e médico oncologista, Manuel Silvério Marques, também não acredita na ideia de doação pura. “Não introduzo o tema do altruísmo e do egoísmo neste contexto, porque penso que esse tipo de virtudes ou defeitos estão distribuídos igualmente por todos. Infelizmente, nós, seres humanos, somos muito ambivalentes e todos podemos, num momento ou outro, ser mais ou menos altruístas, mais ou menos egoístas, mais ou menos capazes de matar ou mais ou menos capazes de morrer por outrem.” É uma noção cética da contemporaneidade, que encaixa à medida num tempo em que o regresso às leis da guerra já não causa surpresa. Dias depois de Manuel Silvério Marques conversar com o Expresso, noticiava-se que os Estados Unidos teriam enviado mais de 7 mil de soldados para o conflito com o Irão, perfazendo um total de cerca de 50 mil presentes no Médio Oriente. “Vivemos numa atmosfera impregnada pelo narcisismo patológico. Hoje é mais fácil matar do que morrer, do que dar a vida.”

### O PODER DE DIZER NÃO

Mas dar a vida será dá-la totalmente ou também, e sem menorização, ceder partes dela em nome de uma causa considerada mais urgente e pertinente? Para Manuel Cardoso, padre jesuíta e diretor do centro cultural Brotéria, situado no coração do Bairro Alto, em Lisboa, há muitas formas de dar. Estudioso de Thomas Hobbes e de como a religião foi empurrada para a esfera privada dos cidadãos ocidentais, o jesuíta defende que “o sacrifício pode ser entendido de forma mais estrita, no sentido de

‘eu mato-me’, mas também enquadrado no sentido mais lato de cedência de formas de vida”. Cardoso refere, por exemplo, as mudanças de hábitos em nome da preservação de paisagens e de populações ameaçadas pelas alterações climáticas.

Aos 42 anos, olha para o seu tempo com distanciamento, reinterpretando o que tradicionalmente se consideram ‘causas imperativas’. “Quando Clinton disse ‘é a economia, estúpido’, a nossa história política tornou-se económica. Por isso, desprendemos da política. A minha geração não está ligada à política porque esta não conta para nada. Um partido diz que quer alcançar 3% de dívida anual do PIB, o outro diz 3,5%. Isto é insignificante para a realidade das pessoas. Eu não entrego a minha vida se é por 3, por 3,5%, é esse o momento que nós vivemos, é o fim do processo”, observa.

Manuel Cardoso sublinha que “a grande causa à qual nos devemos entregar é a democracia”. E não julga que o ser humano seja menos generoso ou permeável às motivações coletivas do que antes. “Devíamos estar formados para dizer não, porque é um sinal de riqueza e de diversidade. Pensamos sempre em dar a vida como uma coisa absolutamente louca, mas o não a dar é pelo menos tão louco. Continuamos a acreditar que, se houver uma injustiça na escola ou no trabalho, iremos dizer que ‘somos todos Espártaco’. Porque é a solidariedade quebra a força da violência”, garante Manuel Cardoso, invocando a revolta de 40 mil escravos encaçada por este gladiador trácio na Roma antiga.

A 5 de janeiro, no programa “Café Duplo” da TSF, Manuel Monteiro indagava sobre “se os europeus, independentemente da retórica e do dinheiro, estão dispostos a morrer” por aquilo em que acreditam. O ex-líder do CDS recebe o Expresso no edifício do Instituto Amaro da Costa, a que preside, em Campo de Ourique, Lisboa, para explicar essa inquietação, admitindo que a levantou em antena, mas não sabe como responder. “O tema foi debatido na Grécia Antiga, muitos séculos antes de Cristo, por Péricles, considerado um dos pais da democracia. Surgia na sua célebre ‘Oração Fúnebre’, de elogio aos mortos em combate. Ele alertava que quem quisesse viver em democracia e liberdade tinha de estar disponível para morrer.”

Assumidamente católico e conservador, Manuel Monteiro acrescenta: “Habitúamo-nos a pagar para que alguém morra por nós, mas a questão vai colocar-se mais rapidamente do que vamos ter resposta para ela. Aliás, já está aí. E a inevitabilidade do problema vai levar à inevitabilidade da resposta.” No espectro partidário oposto, o líder do PS, José Luís Carneiro, no último congresso do PS, pediu, de forma metafórica, o que nenhum

político ousa pedir de forma real: que se dê a vida pela democracia. E prometeu ser ele o primeiro a consumir o sacrifício.

Ex-ministra da Defesa de um Governo do PS, Helena Carreiras reconhece que será “a urgência” a determinar as respostas. Porém, não é claro o tipo de dificuldades que poderá sentir um exército habituado a participar em missões de paz se for deslocado desse objetivo, “altamente motivador”, para uma situação de guerra. “Ninguém vai lutar por Bruxelas, evidentemente”, diz a investigadora a respeito da proposta de criação de um exército europeu de 100 mil soldados feita em janeiro por Andrius Kubilius, comissário da Defesa. “Mas admito que as forças europeias sejam compostas por pessoas que estão a lutar, em princípio, por valores que são significativos no plano nacional”, concede a socióloga, lembrando que atualmente o cenário é o de uma “guerra híbrida”, em que a componente do armamento e das forças militares concorre com outra, não menos poderosa, da desinformação e da manipulação, que geram o medo e a incerteza.

E depois surge o fator nuclear, em cuja ferida Viriato Soromenho Marques põe o dedo: “Quando falamos em investir em armamento e preparar a Europa para uma guerra, seja com a Rússia, seja com o Irão, isto é algo que só não causa uma pateada geral pelo desconhecimento e a falta de formação das pessoas. A Europa perdeu a noção do seu interesse próprio. Porque não é possível uma guerra entre potências nucleares. Seria a destruição total.”

A 25 de novembro de 1967, Jim Morrison escreveu a canção ‘The Unknown Soldier’. Visitara nesse dia o cemitério militar de Arlington e vira o horizonte de campas a usurpar a paisagem. A canção, na altura considerada uma crítica direta à guerra do Vietname, começa assim: “Wait until the war is over. And we’re both a little older.” O líder dos Doors morreu quatro anos depois e, tal como o soldado, não pôde chegar a velho. Mas quase 60 anos passados, as suas palavras perderam o peso do tempo e do lugar, e ganharam o poder de uma oração, aplicável a qualquer guerra, em qualquer lado: abra-se uma cova, acomode-se o corpo magro, enquanto as televisões alimentam crianças ao pequeno-almoço.

Como num organismo unicelular, o desfecho é sempre uma rendição física. A fibra que mantinha tudo unido esgarça-se, a estrutura colapsa. O que antes era vida escorre para o líquido de cultura, passa a confundir-se com ele, deixando para trás apenas farrapos de uma membrana que já não protege nada. E, apesar de toda a resistência, a célula morreu. Num combate, há sempre quem perca. ●